

ARIANE REGIS SILVA

A VIOLÊNCIA SEXISTA E AS MARCAS NO CORPO FEMININO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Educação Física, no Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^ª. Dra Carmen Lúcia Fornari Diez

CURITIBA

2002

O corpo da mulher é um dos elementos essenciais à situação que ela ocupa neste mundo, mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida quando assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade. A biologia não basta para fornecer-nos uma resposta à pergunta que nos preocupa: Por que a mulher é o outro?

Simone de Beauvoir. O segundo sexo

*Dedico este trabalho a minha mãe
Andolína, que com garra, força,
coragem e determinação, venceu as
barreiras da educação tradicional e
conseguiu mostrar a todos que não é o
sexo frágil e, muito menos “o outro” de
qualquer história. A esta mulher
extraordinária, que é exemplo de vida
para mim, todo o meu amor...*

Há tanto o que agradecer...

A Deus por ter trabalhado em minha alma, fazendo com que hoje eu pudesse enxergar a sociedade sentindo gana de transformação;

Ao Movimento Estudantil de Educação Física, que ensinou-me as lições mais importantes e transformou o meu olhar;

Ao Alex B. Fraga que através do seu trabalho, carinho e amizade, mostrou-me que com muito esforço e trabalho, as nossas aulas podem ser uma sementinha de transformação;

Ao Marcus A. Tabora de Oliveira que me estendeu a mão no momento em que eu me sentia mais desamparada; que acreditou no meu potencial sem ao menos me conhecer;

À minha família que mesmo sem compreender os meus objetivos, esteve sempre na retaguarda torcendo...

Ao meu marido, namorado, companheiro e amigo Sergio que esteve sempre ao meu lado amparando o meu sofrimento e vibrando com as minhas vitórias., que nunca deixou de me incentivar e acreditar na concreticidade e importância deste trabalho;

À Carmen Lúcia Fornari Díez, minha querida orientadora, mulher determinada, de alma pura, que possui uma luz própria que envolve a todos/as, que de olhos fechados e com o coração aberto, apostou na minha vitória, mesmo restando tão pouco tempo...

Ao Ricardo Marinelli Martins, meu amigo e companheiro, que, chorando, lutando, brigando ou rindo, esteve ativamente presente nos momentos mais importantes da minha formação. Que energicamente não me deixou desistir, me apoiando em todos os aspectos para que hoje este trabalho estivesse encaminhado...

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| LISTA DE FIGURAS | VII |
| RESUMO..... | VIII |
| 1.0 - INTRODUÇÃO | 1 |
| 2.0 - REVISAO DE LITERATURA..... | 5 |
| 2.1 - GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE | 5 |
| 2.1.1 CONFUSÕES DO CONCEITO DE GÊNERO..... | 6 |
| 2.1.2 CORPO: CONTROLADO E MANIPULADO | 13 |
| 2.1.3 O CORPO FEMININO MARCADO POR MÃOS QUE NÃO TATEIAM..... | 16 |
| 2.2-A HISTÓRIA DAS MULHERES OU APÊNDICE DE UMA OUTRA HISTÓRIA?..... | 21 |
| 2.2.1 NEM MEIGA, NEM LOUCA, APENAS MULHER..... | 23 |
| 2.2.2 "NÃO QUERO LUXO, NÃO QUERO LIXO, QUERO GOZAR NO FINAL..... | 27 |
| 2.2.3 CRESCEI POUCO E NÃO MULTIPLICAÍ! | 33 |
| 2.3 – A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER..... | 38 |
| 2.3.1 AS MENINAS, O ROSA E AS BONECAS..... | 40 |
| 2.3.2 A ESCOLA COMO REPRODUTORA DO SEXO FRÁGIL..... | 43 |
| 3.0 - AINDA RESTAM TANTAS PERGUNTAS..... | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 48 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----------|
| FIGURA 1: ESTUDO DE MULHER – RODOLFO AMOEDO (1857-1941)..... | 1 |
| FIGURA 2: MULHER SENTADA COM AS COXAS ABERTAS – GUSTAV KLIMT | 13 |
| FIGURA 3: SEMINUA SENTADA COM OS OLHOS FECHADOS – GUSTAV KLIMT | 13 |
| FIGURA 4: A COLUNA PARTIDA – FRIDA KAHLO..... | 16 |
| FIGURA 5: AUTO-RETRATO COM CABELO CORTADO. FRIDA KAHLO..... | 33 |

RESUMO

Este trabalho possui o intuito de analisar como a história cultural recalçou as mulheres a um lugar de submissão e violência durante toda a sua constituição. Posto isto, houve a necessidade de compreender como as relações de gênero se constituíram e se constituem. Para isso, buscou-se fazer uma revisão bibliográfica, utilizando autores e autoras que abordam a questão do gênero através de um foco histórico, analítico e relacional. O primeiro capítulo descreve o gênero como uma categoria de análise, dividindo-se em três sub-capítulos, que anseiam desvendar as confusões que surgem no tocante do conceito sobre gênero, a forma como as relações de poder controlam e manipulam o corpo e as marcas que o corpo feminino explicita perante tamanha submissão e controle. O segundo capítulo faz um resgate da história das mulheres no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI analisando a constituição da violência simbólica aferida contra a mulher, e observa o surgimento de novos fatores que oprimem a mulher no início deste século. A violência contra a mulher é abordada de forma mais contundente no terceiro capítulo, desvendando a sutil constituição da violência simbólica no âmbito familiar e escolar. Finalmente, são tecidas as considerações finais com o entendimento de que ainda restam muitas perguntas...

1.0 - INTRODUÇÃO

O direito a ser mulher livre, autônoma e digna parece ser um direito óbvio. No entanto, as histórias de vida, as observações e os números insistem em transformar este óbvio em algo a ser construído. Quando lançamos um olhar consciente a nossa volta, percebemos que a violência é um flagelo na vida de um número significativo de mulheres. E, o pior, um flagelo autorizado pela cultura do patriarcado. (ALVES in MARIA, MARIA, 1999)¹

FIGURA 1: Estudo de mulher – RODOLFO AMOEDO (1857-1941)



Fonte: KATIA (2003)

Esse sentimento vivo da natureza, essa rápida maneira de sentir a forma, a densidade e a cor dos corpos manifesta-se com maior habilidade no *Estudo de mulher*. A mulher, nua, sobre um divã de seda escura, é vista de costas; tem um dos braços caído para o chão, indolente, preguiçoso, segurando uma ventarola chinesa.

¹ Branca Moreira Alves é coordenadora regional do UNIFEM (Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher).

O conjunto é todo claro; as paredes, os panos, a almofada em que a figura pousa a doce cabeça, redonda e penteada, o tapete felpudo que cobre o chão, são de uma tonalidade cor de opala e, numas e noutras nuances, de um tom mais carregado. O modelado do corpo da mulher atinge à perfeição. Sente-se através dessa carne, carne que é carne, carne que tem sangue, a disposição dos músculos. E para qualificar o poder de realidade que tem este quadro, a estranha vida que anima esta obra-prima, apenas encontro como forma clara e única a frase dita por uma senhora diante dessa figura: - *Que mulher sem-vergonha!* Este quadro que, na exposição de 1884 foi o mais bem pintado, o que resumia mais conhecimento de modelado e maior *savoir faire*, isto é, espontaneidade, segurança e elegância de toque, mereceu da congregação acadêmica uma censura por... ser imoral! Oh! a pudica congregação quer uma arte *ad usum Delphini!* Que a moral seja respeitada com auxílio da folha de videira, senhores artistas; assim o manda e ordena a sempre pura, a sempre imaculada, a sempre virgem e muito ilustre e sábia congregação acadêmica. (KATIA, 2003)

O cotidiano universitário traz consigo uma série de caminhos como possibilidades de trilha. Neste sentido, é preciso que durante a passagem pela graduação escolhas sejam feitas. Este trabalho é fruto de uma destas escolhas, a escolha pelo anseio de contribuir na transformação das relações humanas.

O interesse em estudar as Relações de gênero, surgiu por intermédio de um projeto vinculado ao programa Licenciár², intitulado "Relações de gênero no cotidiano das aulas de educação física". A inserção no supracitado se deu a partir da ânsia de compreender a invisibilidade das mulheres no decorrer da história. Sendo que a participação no transcorrer do projeto possibilitou o despertar para indagações que compuseram a força motriz deste trabalho.

No continuar deste caminho questionamentos surgiram. Na angústia de ter percebido a inexistência de mulheres protagonistas na construção histórica cultural - já que os referenciais encontrados pensam a história através dos olhos e leis dos

² O LICENCIAR é um programa vinculado à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, cujo intuito é contribuir na formação do/a licenciando/a, buscando proporcionar novos referenciais para sua atuação.

homens – surge a questão norteadora deste estudo: o que justifica a subordinação da mulher ao homem na história? Desta prerrogativa emerge a necessidade de entender violência que se constituiu – e continua se constituindo – no entremear desta história.

Sendo assim, os objetivos primordiais desta pesquisa estiveram ligados a analisar a história das mulheres e a violência sexista intrínseca em sua constituição.

Para que tal análise fosse realizada recorreu-se a autores/as que abordam a questão do gênero enquanto categoria de análise histórica e relacional, buscando assim explicações para o termo e sua importância para compreensão da violência.

Buscou-se também, como desdobramento dos objetivos mencionados, compreender a relação do corpo com os mecanismos de poder social, pois, entende-se o corpo como local de conhecimento, sendo que através das sensações internas e externas o ser humano se percebe e percebe o mundo. Quanto mais ricas forem as experiências com o seu corpo e com o mundo em que vive, mais compreensão se tem dos mesmos. Maior é a criatividade, no sentido de originalidade, e maior é também a adaptação deste ser no mundo, suas relações são satisfatórias no momento em que compreende suas reais necessidades e desejos e busca a realização destas no meio em que vive, adaptando-se a ele ou superando os limites impostos pelo mesmo.

Nesta perspectiva, este trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica que se orientou a partir das questões e objetivos elencados. Por conta das características do trabalho optou-se por utilizar, na nomenclatura de referência

de autores/as, nome e sobrenome, já que a leitura apenas do sobrenome pressupõe apenas a figura do homem³.

Isto posto esta pesquisa é fruto da necessidade da criação de situações em que as questões de gênero sejam trabalhadas de forma diferenciada vislumbrando a equidade em detrimento da submissão.

³ Ao longo dos tempos, tem ficado bastante evidenciado o papel da linguagem sexista no reforço dos estereótipos machistas que contribuem sobremaneira para o desequilíbrio das relações sociais entre homens e mulheres, caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação. (...) Quando se diz "A salvação do planeta está nas mãos dos homens", ao invés de "A salvação do planeta está nas mãos da humanidade", reflete-se a posição que o homem vem ocupando na história, reforçando-se seu papel hierárquico e as relações de poder e dominação masculina na sociedade. (...) As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. Será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais. (Vera VIEIRA, 2002)

2.0 - REVISAO DE LITERATURA

2.1 - GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma delas poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.

Hall STUART

O estudo das Relações de gênero oportuniza ao/à pesquisador/a um campo infinito de possibilidades exploratórias. Neste ponto cabe ressaltar que Gênero não se refere só à mulher. Trata das relações entre homens e mulheres na sociedade: relações construídas ao longo da história, que mudam continuamente e que se manifestam de formas diferentes dependendo de cada lugar e de cada época. Grandes estudiosas/os⁴ constataram que em todas as partes do mundo e em todas as épocas registradas pela história, se mantém a subordinação da mulher ao homem. Concluíram que não se tratava de fixar-se sobre a "opressão da mulher", "o problema da mulher", como um assunto em si. Mas focar as relações de gênero, ou seja, as relações que a sociedade foi construindo e passando de geração em geração, cristalizando papéis diferenciados para mulheres e homens, que

⁴ Dentre elas/es podemos destacar Joan SCOTT, Denise SANT'ANNA, Guacira LOURO, Mary Del PRIORI, Heleieth SAFFIOTI, Michell PERROT, Alex Branco FRAGA, entre outros.

possibilitaram a subordinação do gênero feminino ao masculino. Isto posto, este trabalho propõe pesquisar a opressão e a violência sexista que as mulheres sofreram (e vêm sofrendo) no decorrer da História.

Segundo Joan SCOTT (1992:86) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; é uma forma primária de dar significado às relações de poder. O gênero é uma construção social, cultural, psicológica e pessoal de masculinidade e feminilidade. E sexo refere-se aos aspectos biológicos: homem ou mulher. FERREIRA (1997) nos diz que predominam nas sociedades as funções de gênero e não as funções de sexo, porque são nas sociedades que o masculino e o feminino se manifestam através do vestuário, interesses, atitudes, comportamentos e aptidões.

2.1.1 Confusões do conceito de gênero

Em primeiro lugar é importante distinguir a diferença entre sexo e gênero. Cada ser humano nasce com um sexo geneticamente definido, o gênero, porém, não faz parte de seu capital genético e sim de sua bagagem sócio-cultural, política e histórica (pessoal e coletiva). O sexo é uma condição biológica, que diz respeito aos caracteres biofísicos e é marca de uma diferença entre os seres humanos. Ao nascer, salvo condições especiais, o sexo é claramente definido pela evidência dos caracteres sexuais primários. No sexo feminino: vulva, pequenos e grandes lábios e clitóris, e no masculino: testículos e pênis. Na adolescência aparecerão os caracteres sexuais secundários: mamas, pelos pubianos e axilares, a primeira

menstruação, mudanças no contorno do corpo das meninas; e nos meninos, além dos pêlos, surge a barba, a voz torna-se grave e acontece a primeira ejaculação.

Ser homem ou ser mulher é agir de acordo com o que as pessoas em sociedade acreditam ser natural do homem e próprio da mulher, pouco ou nada tem a ver com essa natureza biológica e a fisiologia de cada corpo. Mas é sobre esse corpo - com um sexo definido biologicamente - que são fixados os atributos do gênero. Atributos construídos socialmente, variando no tempo e culturas, mas de tal forma articulados que são percebidos como parte da natureza de cada um. Neste mesmo intuito Guacira L.LOURO (1997:22) afirma que

ao dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não há, contudo, a pretensão de negar o que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (...) o conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são 'trazidas para a prática social e tomadas parte do processo histórico'.

Em função desses vínculos tão fortemente arraigados, quando se pergunta a um indivíduo ou grupo de pessoas: o que caracteriza um homem ou uma mulher? As coisas se passam mais ou menos assim: os homens são mais decididos, menos emotivos, mais ousados, têm mais coragem de enfrentar o perigo, têm mais liderança, são mais agressivos, competitivos, e por aí vai. É traçado um perfil oposto ao perfil feminino: as mulheres são emotivas, sensíveis, são mais organizadas, mais atenciosas, mais dedicadas ao trabalho, etc Os homens são leais, as mulheres são fiéis. Os homens não seguram o desejo sexual, as mulheres são mais reprimidas. As

mulheres são mais habilidosas. Claro que este é um perfil estereotipado⁵ do que é ser homem ou mulher e as pessoas não se dão conta disso quando questionadas. Mas, em geral, esses conceitos dão sustentação a contratos de trabalho, sociais e afetivos. Percebidos como fortes, decididos e mais capazes, aos homens são atribuídos os papéis de chefe de família, cabeça do casal, etc. Os seus desejos e vontades passam a ser a lei e essa lei é inquestionável. Ainda que a força física, a ameaça psicológica e a imposição pelo medo sejam os instrumentos de convencimento.

A palavra gênero começou a ser usada mais seriamente pelas feministas na segunda metade do século passado, como uma maneira de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Para fugir do determinismo biológico: sexo é destino e para demonstrar o caráter social das distinções estabelecidas entre os sexos.

O gênero foi um termo proposto também para reescrever a história, revisitando a posição da mulher na sociedade, inserindo novos temas nos estudos e pesquisas, modificando premissas e conceitos, atribuindo importância não só às atividades públicas como à experiência pessoal e subjetiva. A historiadora Joan SCOTT (1995) propõe o Gênero como categoria de análise histórica. Ela conceitua o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de

⁵ Jorge LARROSA (1995: 328) relata que: "os estereótipos são os lugares comuns dos discursos, o que todo mundo diz, o que todo mundo sabe. Algo é um estereótipo quando é imediatamente compreendido, quando não há quase nada o que dizer. E é enorme o poder dos estereótipos, tão evidentes e tão convincentes ao mesmo tempo".

poder. Para ela, o gênero é composto de quatro elementos que funcionam de maneira articulada, mas não obrigatoriamente ao mesmo tempo:

1º - Os símbolos - culturalmente disponíveis; de representações múltiplas, por vezes contraditórias. São exemplos: Maria, símbolo de pureza, que engravidou e pariu sem perder a virgindade e Maria Madalena e Eva, pecadoras, imagens da sedução e do pecado.

2º - Os conceitos normativos - que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas, e colocam em evidência as interpretações limitantes dos símbolos e suas contradições. Em geral, eles são veiculados como oposição binária (inocente-pecador; puro-impuro; forte-delicado) e definindo de forma categórica o sentido do masculino e do feminino.

3º - As instituições e organizações sociais - família, mercado de trabalho, sistema político, sistema educacional, sistema de saúde, que divulgam, reafirmam os conceitos e organizam-se sobre esta base.

4º - A identidade subjetiva - vinculada ao indivíduo, a construção do sujeito, que define sua forma de reagir ao que lhe é apresentado como "destino" e sobre essas possibilidades pouco se pode dizer.

A articulação desses elementos vai compondo identidades, papéis, crenças, valores, relações de poder. Mas, a história descreve esses processos como se estas posições normativas fossem produtos de consensos e não de um conflito na sociedade. Na realidade, na vida vivida do dia a dia, em qualquer rincão, as coisas não se passam bem assim. Ao nascer, cada criança está inserida numa cultura que, de certa maneira, já determinou os limites de sua existência, restringindo sua

liberdade de expressão. A criança vai tentar atender as expectativas da família e da comunidade em relação ao seu desempenho profissional, pessoal e até sexual. Mas em que lugar ficará escondido o seu desejo? Qual o roteiro que ela quer para si? Ser bem aceita, agindo dentro dos padrões? Ou buscando a ruptura e enfrentando situações e reações, por vezes, dramáticas? A sociedade estará sempre pronta para moldar, vigiar e criticar. Tentar romper com essas estruturas e não atender expectativas acaba se tornando motivo de culpa, sofrimento e adoecimento para muitas pessoas.

Heleieth SAFFIOTI (1992) diz que gênero é relacional, quer como categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero tem lugar. Para a autora, as relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea. Tais indivíduos são transformados, através das relações de gênero, em homens e mulheres, cada uma destas categorias-identidades excluindo a outra. O tornar-se mulher e o tornar-se homem, porém, constituem obra das relações de gênero. Eis aqui um direcionamento: das relações de gênero para o sexo anatomicamente formado. A autora, ao falar da sexualidade biológica, afirma que esta é sempre culturalmente experienciada, através de uma tradução. Os fatos biológicos nus da sexualidade não falam por si próprios, eles devem ser expressos socialmente. Sente-se o sexo como individual ou, pelo menos privado, mas estes sentimentos sempre incorporam papéis, definições, símbolos e significados dos mundos nos quais eles são construídos.

Para Guacira L. LOURO (1997:32) uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homens ou mulheres num processo continuado e dinâmico, como também nos leva a pensar que gênero é mais que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais. Para ela, gênero é entendido fundamentalmente como uma construção social e, portanto histórica. Um conceito plural, ou seja, havendo conceitos de feminino e masculino, social e historicamente diversos.

A idéia de pluralidade implicaria admitir, segundo Guacira LOURO (id), não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e mulher, como também que, no interior de uma mesma sociedade, essas concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade etc; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo.

Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado a sua construção social como sujeito masculino e feminino (Guacira LOURO (1997:23)).

É importante notar que grande parte dos discursos sobre gênero, de algum modo, inclui ou englobam as questões da sexualidade, porém, para Guacira LOURO (1997), é necessário estabelecer algumas distinções entre gênero e sexualidade, ou entre identidades de gênero e identidades sexuais. A autora salienta que ao fazer a separação de conceitos, corre-se o risco de cair numa esquematização, já que na prática social tais dimensões são articuladas e confundidas.

A sexualidade, na visão de Richard PARKER (1999), tem uma história e que ela deve ser compreendida como uma construção social e cultural. Ao referir-se as recentes pesquisas sobre a sexualidade, salienta que as mesmas têm destacado a potencialidade de diversas culturas e comunidades sociais para remodelarem e reestruturarem os contornos de suas próprias experiências. Isso coloca uma atenção renovada no fato de que a desigualdade de gênero e a opressão sexual não são de naturezas imutáveis, mas sim artefatos da história que podem ser transformados através da ação intencional e através de iniciativas de políticas progressistas.

2.1.2 Corpo: controlado e manipulado

FIGURA 2: Mulher sentada com as coxas abertas – Gustav Klimt



Fonte: KATIA (2003)

FIGURA 3: Seminua sentada com os olhos fechados – Gustav Klimt

Será possível dizer que o clitóris é redescoberto em momentos de modernização econômica e de maior liberação das mulheres e, do mesmo modo, esquecido e silenciado em momentos de retração, de maior repressão moral e conservadorismo político? Seria o controle dessa informação sobre o corpo da mulher uma forma de contenção do desejo e normalização das relações de gênero, garantindo o lugar privilegiado ao sexo forte? (Margareth RAGO, 1999:61).



Fonte: KATIA (2003)

Constantemente pessoas são educadas, não em busca de sua autogestão, em busca de sua liberdade, mas, ao contrário, as pessoas aprisionam as demais em seus próprios corpos a fim de que possam viver em sociedade. "(...) uma pessoa pode ser considerada socializada quando abre mão de sua autonomia fisiológica em favor do controle social e quando se comporta a maior parte do tempo como as outras pessoas, seguindo rotinas culturalmente estabelecidas" (RODRIGUES, 1986:33).

O controle social é fundamental para o exercício do poder, e para aqueles/as que tentam fugir da situação submissa de controle, penalidades são impostas, por isso regras e normas são, muitas vezes, obedecidas. "Mas também não é apenas porque temem as penalidades que os indivíduos observam as regras de conduta. Obedecem-nas porque elas interessam às suas sensibilidades, já que, não existindo o indivíduo sem a sociedade, este não pode negá-la sem, ao mesmo tempo, negar a si mesmo. (*idem*:34). Toda regra existe para ser obedecida e/ou quebrada (*idem, ibidem*). E, se todas as regras fossem obedecidas, o ideal de integração social deixaria de existir no abstrato e conseqüentemente deixaria de ser buscado pelos homens e mulheres. Por outro lado, não teriam sentido, pois elas existem por oposição ao que inexistente.

Os mecanismos de poder analisados por RODRIGUES (1986:46) afastam as pessoas de sua auto-regulação, unicidade e originalidade única conduzindo a uma padronização de comportamentos, em que a norma é o sacrifício dos projetos e sonhos individuais para manter a máquina social funcionando. Ou seja, somos meros reprodutores de gestos; **gestos silenciosamente impressos em nossa memória**, os quais reproduzimos dentro de padrões de comportamento e estética,

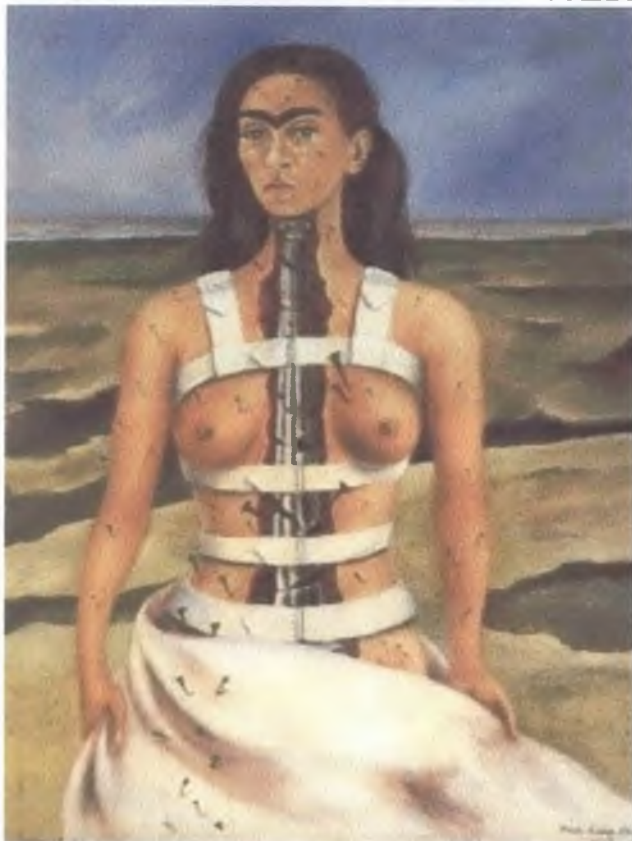
ditados pela moral e bons costumes. “ao corpo se aplicam, portanto, crenças e sentimentos que estão na base da nossa vida social e que, ao mesmo tempo, não estão subordinados diretamente ao corpo.” (*idem, ibidem*).

O ser humano, portanto, realiza os desejos da sociedade e não os seus próprios desejos uma vez que deve reprimi-los buscando se enquadrar dentro de comportamentos socialmente esperáveis e tolerados.

A partir dessa ótica de controle, torna-se visível o fato de que as mulheres além de subordinadas ao seu corpo e atreladas a ditames sociais, são também reprodutoras da violência devido aos padrões de comportamento impressos em sua memória.

2.1.3 O corpo feminino marcado por mãos que não tateiam...

FIGURA 4: A COLUNA PARTIDA – FRIDA KAHLO



Fonte: TASCHEN, 1994: 69.

O corpo é resultado provisório de diversas pedagogias que o conformam em determinadas épocas. É marcado e distinto muito mais pela cultura do que por uma presumível essência natural. Adquire diferentes sentidos no momento em que é investido por um poder regulador que o ajusta em seus menores detalhes, impondo limitações, autorizações e obrigações para além de sua condição fisiológica. Um poder que não emana de nenhuma instituição ou indivíduo e muito menos se estabelece pelo uso da força, mas sim pela sutileza de sua presença nas práticas corporais da vida cotidiana.

Alex FRAGA

No corpo feminino pode-se visualizar as marcas violentas aferidas pelo discurso e pelas práticas normalizadoras. Tal averiguação torna-se plenamente plausível perante a constatação de Alex FRAGA (2000:97) quando este afirma que “uma construção discursiva se efetiva no momento em que inscreve nos corpos dos sujeitos seus sinais distintivos, instaurando marcas que identificam e produzem visibilidade”. Este discurso não deixa claro o mecanismo de poder utilizado para proferir tais marcas, pois estão camuflados pela sutileza da normalidade. Tal normalidade é estabelecida “em uma ferrenha disputa que consolida diferentes sentidos em cada época e lugar” (Idem: 98).

O corpo da mulher sempre despertou curiosidade e medo, por causa de toda a magia e mistério que foi gerado ao seu redor no decorrer da história. Nos primeiros tempos de colonização do Brasil,

o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja Católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. Qualquer doença, qualquer mazela que atacasse uma mulher, era interpretada como um indício da ira celestial contra pecados cometidos, ou então era diagnosticada como sinal demoníaco ou feitiço diabólico. (Mary Del PRIORI, 1997:78)

Os estudos sobre o corpo, em especial o feminino, avançaram durante um longo período pautado nessa visão dualista que concebia a alma superior ao corpo. Alex FRAGA (op. cit., p.104) relata que

Na moralidade cristã, a relação entre o ‘bom’ (Deus) e o ‘mau’ (Demônio) estava diretamente associada às oposições alma/corpo. Para que uma alma pudesse alcançar o reino dos céus era preciso inscrever nas práticas corporais uma lei divina

que estabelecesse um modo de agir regulado em sua mínima funcionalidade. Era preciso transformar o corpo impuro em imagem e semelhança de Deus, somente possível a partir de um controle quase absoluto.

As mulheres, durante toda a construção da história cultural, estiveram atreladas a esta dualidade que tinha um maternal e benéfico e outro mágico, vermelho como o sangue, negro como o diabo, maléfico (Michelle PERROT, 1988). Os dois pólos sempre tiveram ligação direta com o corpo. O primeiro pólo, referindo-se a procriação, igualava as mulheres a todos os animais, subjugando-as a irracionalidade. A medicina no período colonial possuía enorme obsessão em compreender o processo de reprodução através do funcionamento do útero.

O esforço da medicina em estudar o útero era proporcional ao mistério que a mulher representava como receptáculo de um depósito sagrado, que precisava frutificar. Tal mistério era refutado de uma crença geral: a fêmea não devia ser mais do que terra fértil a ser fecundada pelo macho. Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), era o homem quem insuflava alma, vida e movimento à matéria inerte produzida no útero pela mulher. No entender de muitos médicos da época, a mulher não passava de um mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução. Assim como a pluma do poeta ou a espada do guerreiro, ela era só um instrumento passivo do qual seu dono se servia. (Mary Del PRIORI, 1997:82)

O sangue menstrual também inspirou muitas superstições e cuidados e era tido como sinônimo do poder feminino e dominação sexual. A mulher menstruada era considerada amaldiçoada, e sendo assim, não podia se aproximar de nada que era produzido ou se produzia, pois acarretaria grande destruição.

Os eflúvios maléficos desse sangue tinham o poder degenerativo de arruinar, deteriorar e também de contaminar a sua portadora. (...) o olhar, o contato e o hálito feminino passam, nessa lógica, a ter poder mortal. Os cheiros e as secreções rubras funcionavam como uma espécie de cortina invisível entre a mulher e a vida cotidiana, alertando para a possibilidade de que o leite, o vinho, a colheita ou os metais fossem estragados. O corpo feminino parecia, assim, o lugar de uma dupla propriedade: ele parecia ameaçador, quase demoníaco, mas ameaçava-se a si próprio ao se tornar vulnerável a elementos do universo exterior. (id., p. 103)

Já o segundo pólo, o lado mau, atrelava as mulheres ao pecado da carne, à cobiça, ao desejo sexual, a fornicação. Esse poder sempre preocupou os homens, pois a mulher seria o “Diabo de saias”. Tal premissa já era apontada no Gênesis⁶, “que apresenta a potencia sedutora da eterna Eva. A mulher origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno, da ordem e da razão lúcida.” (Michelle PERROT, 1988:168).

Essa engenhosa artimanha sexual, que conseguia manipular os homens atrás dos bastidores da vida pública, recebia sérias repreensões através de duras penitências, humilhações e abstinências aplicadas ao corpo e a exclusão da vida pública. Somente assim poderiam salvar as mulheres da perdição, pois de acordo com apontamentos feitos por Michelle PERROT (1988:168) “a salvação consiste em exorcizar a ameaça que a mulher representa para o triunfo de uma ordem dos homens”.

Nessa miraculosa artimanha dualística os corpos de homens e mulheres foram sendo educados.

6 Capítulo introdutório da Bíblia cristã.

Mesmo após a Declaração dos direitos do homem, que proclama a igualdade entre os indivíduos, o tratamento para com as mulheres não se distingue, perpetuando mais e mais a exclusão feminina. Michele PERROT (1988:177) questiona em seus estudos: "Não seriam as mulheres indivíduos?". A única justificativa encontrada para argumentar tamanha segregação é a diferença entre os sexos. "É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos." (Michelle PERROT, 1988:177).

Desta forma, a divisão sexual se acentuou com o passar dos anos e, por conseguinte, cada sexo foi adquirindo o seu papel, suas funções, seus espaços, sendo estes repassados de geração em geração de uma forma natural e dogmática.

2.2-A HISTÓRIA DAS MULHERES OU APÊNDICE DE UMA OUTRA HISTÓRIA?

(...) embora juridicamente as mulheres ocupem uma posição em muito inferior aos homens, elas constituem na prática o sexo superior. Elas são o poder que se oculta por detrás do trono. (...) as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, com marionetes, mexem-se na cena pública. (...) Mas então as mulheres não deteriam de fato a realidade do poder? E já que as mulheres têm tais poderes, o que elas reivindicam? (Michelle PERROT, 1988:168)

Há pelo menos dois mil e quinhentos anos encontram-se registros e evidências de construção de uma ideologia de subordinação da mulher em relação ao homem.

Segundo Ruth BERMAN (*in*: Moysés RECHTMANN; Luciana PHEBO, 2003), na Alexandria romanizada no século I D.C, Filon, filósofo helenista, lançou as raízes ideológicas para a subordinação das mulheres no mundo ocidental. Ele uniu a filosofia de Platão, que apontava a mulher como tendo alma inferior e menos racionalidade, ao dogma teológico hebraico, que mostra a mulher como insensata e causadora de todo o mal, além de ter sido criada a partir do homem .

A mulher com alma sensual e carnal, cheia de vaidade e cobiça era inferior ao homem racional e espiritual, constitucionalmente superior.

Donna WILSHIRE (*in: op.cit*), ao analisar modelo cultural na Grécia clássica se depara com Apolo, divindade do céu, Deus do Sol, da Luz e da Razão. A Razão, algo de maior valor, moderada, controlada, objetiva, era associada à Verdade e ao Conhecimento e considerada como característica masculina. O oposto do Conhecimento era a Ignorância (no sentido de desconhecido), um estado inferior a ser evitado, considerada como característica feminina. As almas superiores da classe dominante tinham a capacidade de se dirigirem ao bom, belo e racional. Os escravos, os estrangeiros e as mulheres seriam inferiores desde o nascimento e não tinham muita racionalidade em sua alma.

Ao analisar os escritos de Aristóteles, Donna WILSHIRE (1997) averigua que o Conhecimento Racional era a mais alta conquista humana e assim, os homens, mais ativos seriam superiores e mais divinos que as mulheres descritas como monstros desviados do tipo genérico humano, emocionais, subjetivas, enfim, uma espécie inferior. O mundo de Aristóteles é caracterizado por dualismos hierarquizados e polarizados, com clara dominação de um lado sobre o outro. Assim, a Alma tem domínio sobre o Corpo; a Razão sobre a Emoção; o Masculino sobre o Feminino.

Os dualismos hierárquicos com privilégio para a Mente (masculina) e preconceito contra o Corpo e a Matéria (femininas), analisados por Moysés RECHTMAN e Luciana PHEBO, estão na base do pensamento e da cultura ocidentais. As imagens positivas e negativas que acompanham os conceitos de masculinos e femininos acumulam muitos milênios, tendo sido culturalmente

apreendidos. Representam alicerces, tijolos e cimento de uma sólida construção de papéis de gênero estabelecidos e baseados nos princípios de autoridade e superioridade do homem em relação à mulher.

A subordinação da mulher, colocada como ser inferior, segundo a teoria dos dualismos hierarquizados é a raiz da violência de gênero, na medida em que buscam-se desconstruir os papéis estabelecidos, encontrando resistência dos que querem manter o *status quo*. Esta desconstrução de papéis tem sido tentada, sem grande sucesso ainda, por homens e mulheres que acreditam na igualdade de gênero.

2.2.1 Nem meiga, nem louca, apenas mulher.

*A transformação do mundo
virá pelas mulheres.*

Giscard D'ESTAING

Apesar da ausência da mulher do cenário histórico, no século XIX consegue-se visualizar, através de diários, fotos, cartas, testamentos, relatórios médicos e policiais, aquelas que até então, eram camufladas pela fala dos homens (Mary Del PRIORI, 1997:08). Michelle PERROT (1988:185) argumenta tal ausência histórica das mulheres pelo fato de os homens terem escrito a história no masculino, e principalmente por que os campos de ação descritos são de poder masculino. "Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e

negligencia os sexos. Cultural ou 'mental', ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade".

O século XIX traz transformações significantes para a vida de todos os indivíduos. O capitalismo se consolida neste período, havendo assim a ascensão de um novo ambiente social – o burguês. As cidades, no início deste século, ainda são um apêndice da vida rural. Não possuíam nenhuma estrutura organizacional, e muito menos, condições de higiene satisfatórias. O Rio de Janeiro, por exemplo, passou por uma grande "faxina" para receber o rei e a corte portuguesa. "A cidade estava literalmente podre" (Maria Ângela D'INCAO, 1997:225).

Novos valores começavam a surgir em uma sociedade ainda baseada na escravidão e na exploração agrária. A rua, antes um espaço coletivo e de manifestações espontânea da cultura do povo, passa a ser um espaço público e controlado. Assim, as atitudes proferidas nos espaços utilizados fora de casa – sendo a casa um espaço privado – deveriam ser meticulosamente combinados para não despertarem a desconfiança em relação aos outros – os desconhecidos (*idem*: 227).

A mulher burguesa, da elite, teve que ser educada, pois, mesmo tendo a sua vida atrelada ao espaço privado — o lar — passou a marcar presença em acontecimentos da vida social. Agora esta mulher tinha seus passos submetidos não somente da vigilância repressiva do pai e do marido, mas também os olhares atentos da sociedade.

A imagem da mulher era muito importante para o seu marido e para a ascensão da família. Um casamento bem feito significava condições melhores para

todos/as. Para o marido, a imagem da sua esposa representava o *status* que ele ocupava. Estava nas mãos das mulheres da casa a responsabilidade de manter a imagem e a posição social do homem que as sustentava. O papel feminino no interior da família burguesa seria imprescindível.

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam 'educar' a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole. (*idem*: 230)

Perante tais constatações, torna-se plausível afirmar que a mulher era (e ainda o é em muitos casos) mantenedora da rede patriarcal, que a colocava em condições inferiores, sem nenhuma autonomia econômica ou política, sendo apenas uma imagem fútil constituída segundo os ditames e primores sociais.

A mulher do século XIX tinha que abdicar de quaisquer desejos carnis. O corpo feminino deveria ser máculo, para que assim pudesse constituir um bom casamento. "A virgindade funcionava como um dispositivo para manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela" (Maria Ângela D'INCAO, 1997:235).

Não se pode esquecer da pluralidade do termo gênero. Sendo assim, o século XIX apresentará vários tipos de mulheres que, conseqüentemente, esboçavam a sua feminilidade de maneira diferenciada. Mas, cabe ressaltar que apesar dessa diversificação, a opressão e o controle do corpo feminino ainda são obras de um sistema patriarcal que subjugava a mulher a padrões e preceitos. Posto isto, torna-se relevante ressaltar o papel da mulher popular do século XIX.

A pobreza, assim como a sujeira e tudo aquilo que não condizia com a prosperidade do meio urbano, foi empurrado para periferia que sofria as mazelas da falta de estrutura e condições de sobrevivência. Neste espaço a figura da mulher era indispensável. Sendo o espaço público território masculino, a mulher cabia a casa e a dedicação exclusiva aos afazeres domésticos.

Seu trabalho não é assalariado. Ela não tem acesso ao dinheiro, a não ser pelos serviços miúdos que sempre se esforça em fazer caber dentro dos interstícios de tempo que lhe deixa a família: horas de faxina para fora, lavagem de roupas, trabalhos de costura. (...) Apesar de tudo, a dona-de-casa depende do salário do seu marido. Ela suporta e recrimina isso, com o risco de ser espancada. (Michelle PERROT, 1988:190)

Mesmo sendo economicamente dependente, a mulher suburbana mostrava-se extremamente necessária nos momentos de crise, pois era o seu dinheiro advindo de trabalhos miúdos que sustentava a família nestes períodos.

Estas mulheres se dispunham a lutar para manter a sua família. Eram as iniciadoras de motins e da maioria dos distúrbios populares. Michelle PERROT

(1988:199) assegura em seus estudos que onde estava “povo”, a mulher estava energeticamente presente.

Indiferente à moda e seus mandamentos que tiranizam as mulheres burguesas, a mulher do povo apresentava maior independência nos gestos. “Seu corpo era livre, sem espartilho; suas saias largas prestavam-se a fraude: as mulheres fingiam estar grávidas para passar com sal na frente dos coletores da gabela”.(id.:200)

Apesar da pseudo liberdade e das diferenças esboçadas entre a mulher burguesa e a mulher popular, os espaços e os deveres mostravam-se cada vez mais divididos e, às mulheres cabia apenas o que era condizente a massa masculina burguesa pensante e produtora do sistema.

2.2.2 “Não quero luxo, não quero lixo, quero gozar no final...”

O diagnóstico das revoluções femininas até o século XX é, por assim dizer, ambíguo. Ele aponta para conquistas, mas também para armadilhas. No campo da aparência, da sexualidade, do trabalho e da família houve conquistas, mas também frustrações. A tirania da perfeição física empurrou a mulher não para a busca de uma identidade, mas de uma identificação. A revolução sexual eclipsou-se frente aos riscos da aids. A profissionalização, se trouxe independência, trouxe também estresse, fadiga e exaustão. A desestruturação familiar onerou, sobretudo, os dependentes mais indefesos: os filhos. Nossa sociedade - não é a

única, é bom que se diga - mira cada vez mais nos valores de juventude e progresso. Ao mesmo tempo que se reconhece a importância da saúde como fonte de prazer, e a medicina tem feito inúmeros avanços para nos prover com bem-estar, todos os esforços são investidos para dissolver a velhice. Para reduzi-la. O aumento da esperança de vida tornou-se um problema, pois as mulheres não querem mais “envelhecer”. Elas negam-se a mudar, a transformar-se. Como lidar com essas tensões? (Mary Del PRIORI, 2000:13)

O século XX se inicia apresentando grandes alterações em relação a redefinição do público e do privado. De forma clara fica evidenciada, no decorrer do século, a passagem de uma condição quase que exclusivamente caracterizada por termos como reclusão e exclusão, resultantes de um vínculo extremo com a vida privada, para uma presença mais abrangente e diversificada das mulheres em vários processos sociais — quer produtivos, quer públicos.

Muito influenciadas pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, pelo pensamento médico vitoriano e por concepções religiosas, as elites intelectuais e políticas do começo do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e de atuação. Formava-se a moderna esfera pública, espaço em que as novas formas de interação social, bem como as relações entre mulheres e homens, passavam a se pautar por modelos europeus, especialmente franceses e ingleses. (Margareth RAGO, 1997: 585)

A sociedade modernizava-se em todos os sentidos. Os cinemas atraíam um número crescente do público, seduzindo a platéia com atrizes e atores norte-americanos. Os esportes, do ciclismo ao futebol, eram valorizados por todas as classes sociais. A mídia impressa ofertava variadas formas de lazer e divertimentos como os piqueniques, bares, teatro, restaurantes, bailes dentre outros. (Id.: 587)

A emancipação da mulher estava adquirindo um significado cada vez mais amplo. No final do século XIX, algumas mulheres não mais queriam apenas respeito, tratamento favorável dentro da família ou direito à educação, mesmo educação universitária, mas sim o desenvolvimento pleno de todas as suas faculdades, dentro e fora do lar. Vinculavam a causa pelo sufrágio à igualdade da mulher e aos direitos humanos gerais. Agora a auto-realização era importante. Elas precisavam ter total liberdade e igualdade de direitos. E o direito ao voto constituía parte intrínseca de seus direitos.

Mesmo envolvidas por essa onda emancipatória, Margareth RAGO (1997:587) constata que as relações familiares continuavam a se pautar por um forte moralismo, tanto nas camadas ricas quanto nas mais pobres da sociedade.

Até mesmo entre os anarquistas, que condenavam o casamento monogâmico indissolúvel e a exigência da virgindade para mulher e que defendiam o amor livre, o divórcio e o direito à maternidade voluntária, os códigos da conduta sexual eram bastante severos. Isso revela ao mesmo tempo uma grande preocupação com a preservação da moralidade das mulheres do meio operário. (id: 587)

À medida que se tomava conhecimento da aquisição do direito de voto pelas mulheres na Europa e nos Estados Unidos, surgiam organizações formais, em

setores da elite brasileira, em defesa pelos direitos da mulher e pela causa sufragista. Em fins da segunda década do século XX, tornou-se aceitável no Brasil um movimento moderado em favor dos direitos da mulher.

Os primeiros anos de atividade sufragista organizada no Brasil trouxeram poucos resultados concretos. O voto feminino não foi apenas um movimento da classe média brasileira. As sufragistas brasileiras desfrutavam de laços próximos com a elite política, o que teria facilitado a obtenção do voto feminino no Brasil, mais cedo do que na maioria dos países latino-americanos.

Em outubro de 1930, a República Velha chegou a um fim abrupto e Getúlio Vargas tomou o poder. A decisão do regime provisório de Vargas era favorável à criação de um novo código eleitoral que fornecesse uma oportunidade de voto às mulheres.

Almira RODRIGUES (2003) ao abordar a questão do voto feminino relata que no final de agosto de 1931, o governo liberou um código provisório que concedia voto limitado às mulheres, ou seja, apenas determinados grupos de mulheres, como as mulheres solteiras ou viúvas com renda própria, ou as mulheres casadas com a permissão do marido, podiam votar. Protestando que este código provisório era insuficiente, grupos feministas promoveram uma campanha para remover tais restrições antes que o mesmo fosse adotado. O novo Código, decretado em 24 de fevereiro de 1932, dava o direito de voto às mulheres sob as *mesmas condições que os homens*.

Perante o afrouxamento das barreiras entre as esferas pública e privada, revigora-se o discurso masculino de que ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a

principal missão da mulher. Desta forma, colocava-se a mulher, novamente, no seu lugar natural: esposa, mãe, dona-de-casa e de seus filhos. A mulher passa a ser exaltada como a “Mãe cívica”, aquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação.

Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário a sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu ‘espaço natural’, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público. A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família. Muitos repetiam convictos os argumentos do médico italiano Cesare Lombroso: ‘O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um ser superior. (Margareth RAGO, 1997:592)

O movimento pelos direitos da mulher serviu para ajudar a elevar o nível de consciência das mulheres no que diz respeito a seus problemas num mundo em transformação. Tornou-se claro que os direitos políticos não eram meros privilégios a serem transmitidos através de um capricho daqueles que estavam no poder, mas sim direitos inalienáveis, cuja negação era uma violência à mulher brasileira.

O século XX foi, com certeza, o século da emergência da liderança feminina e de sua visibilidade no cenário internacional. As centenas de milhares de processos que conduziram a este resultado trouxeram à luz a necessidade de rever todas as

formas de convívio humano e de organização social, com o intuito de assegurar para mulheres e homens relações de equilíbrio e harmonia e, para as organizações sociais, formas menos autoritárias e verticais de existir. Na realidade, nenhuma organização escapa desta necessária revisão de paradigma, desde a organização familiar às organizações multinacionais.

Ruth CARDOSO (2003) ao retratar a mulher no século XX, assegura que ainda há muito pelo que se lutar. A discriminação, a violência, os baixos salários, o complexo de culpa que acompanha a ascensão social ou a diversificação de atividades — um complexo, aliás, estritamente relacionado à sensação (ou quase crença) de estar relegando a um segundo plano a família, os filhos, o lar — são resquícios de muitos séculos de repressão e submissão:

Quando não é regra, a discriminação ainda é um forte fator de exclusão. E não são apenas os salários, normalmente mais baixos do que os dos homens, que pesam nesse balanço. Também há a violência. Ela vigora em grande parte do mundo como forma de infligir às mulheres um comportamento alienado e submisso. As agressões em suas diversas facetas podem estar explícitas ou camufladas em "eufemismos" de comportamento. Podem ocorrer de forma episódica ou como uma espécie de norma coletiva. E, em todos os casos, ainda configuram como uma das preocupações mais emergentes para o conjunto das mulheres. Não deixam de ser tacanhos e tímidos também os limites ainda delimitados para a participação feminina na vida pública. Não raro, em uma série de países, a atuação das mulheres na política ainda é vista como uma quase extravagância.

2.2.3 Crescei pouco e não multiplicai!

FIGURA 5: Auto-retrato com cabelo cortado. Frida Kahlo.



Fonte: TASCHEN, 1994: 69

Más notícias nesta entrada do século XXI: as mulheres continuam submissas! De nada adiantaram a propalada revolução sexual, a queima de soutiens em praça pública, a difusão da pilula. É como se quiséssemos continuar como as eternas representantes do "sexo frágil", a quem tudo se impõe. Mudamos muito, mas mudamos para continuarmos as mesmas. O que há de ruim nisso? Há um fato novo e quase imperceptível para a maioria de nós. Trocamos a dominação de pais, maridos e patrões por outra, invisível e, por isso mesmo, mais perigosa. A dominação da mídia e da

publicidade. É ruim, e até pior, pois diariamente enfrentamos a tarefa de ter que ser eternamente jovens, belas e saudáveis. Não há prisão mais violenta do que aquela que não nos permite mudar. Que nos bombardeia com imagens de eterna juventude, doutrinando-nos a negar as mudanças. (Mary Del PRIORI, 2000:99)

O século XXI traz o inédito desafio de um mandamento cultural na contramão daquele vivido pela primeira família: **crecei pouco e não multiplicai!** A competitividade e o aumento do custo relativo em todos os níveis para se ter filhos está mudando profundamente a família. Não é difícil perceber esta realidade biológica ou esta lógica da vida em nosso dia a dia. O casamento tardio, as famílias alternativas (das chamadas produções independentes às relações homossexuais), os vários casamentos e tantos outros fenômenos são indicativos da perda do modelo tradicional da família.

Esta mudança nos fundamentos da família afeta os papéis culturais dos homens e das mulheres. Os homens se vêem num processo reverso aos últimos milênios quando desenvolveram mais do que qualquer outra espécie **um investimento paternal** desconhecido na natureza. O século XXI desenha um homem mais dispensável e traz o desafio de recriar sua função e imagem em meio à cultura. A mulher, por sua vez, busca outra forma de ocupação e valorização que não seja apenas concentrada na maternidade.

Almira RODRIGUES (2003) salienta um outro ponto importante no novo cotidiano feminino, o movimento de mulheres, que adquiriu grande diversidade no final do século XX, quando a perspectiva feminista é construída como humanista e

de direitos humanos. Nesse contexto, as diferenças político-ideológicas, embora presentes, cedem espaços a diferenças que passam a ser enfatizadas em outros termos: o *locus* e o tipo de ação política; os coletivos específicos de mulheres; as pautas temáticas.

A partir dos caminhos que os feminismos foram percorrendo e dos encontros com as perspectivas partidárias, sindicais, profissionais, comunitárias, ecológicas, religiosas, novas sínteses foram sendo produzidas. Também novos olhares foram construídos a partir de coletivos organizados de mulheres historicamente discriminadas e marginalizadas a exemplo das mulheres negras, indígenas, lésbicas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, profissionais do sexo. As temáticas ganham delimitação e aprofundamento, abrangendo desde a questão da transversalidade do gênero, até o seu tratamento específico nas áreas de violência e direitos humanos, saúde e sexualidade, política e poder, mercado de trabalho, pobreza e exclusão social. As linhas de ação desenvolvidas pelos movimentos e ONG's feministas se especializam, abrangendo estudos e pesquisa, assessoria, defesa e promoção de direitos e de cidadania, capacitação, articulação, comunicação política. (*id.*: 2003)

A mulher busca consolidar, neste novo milênio a sua autonomia plena. Quando se valoriza a autonomia, se reconhece o direito de livre escolha dos indivíduos sobre as suas referências existências e, conseqüentemente, valorizando a diversidade, a pluralidade e a multiplicidade de desejos, de significados, de necessidades, de interesses. Assim, a democracia aponta para necessidade de se estabelecer e acordar princípios básicos de convivência e, paralelamente, de se praticar a tolerância com os outros, diferentes. (Almira RODRIGUES, 2003)

O domínio sobre a vida das mulheres, no decorrer dos séculos, se traduziu em controle sobre suas uniões conjugais, sua fertilidade, sua maternidade, seu trabalho, suas habilidades, suas horas livres, suas vestimentas, sua sexualidade, sua locomoção. Nessa opressão, avassalador foi o controle exercido sobre o corpo das mulheres, em suas expressões de sexualidade e de reprodução.

Hoje o controle sobre o corpo feminino — que não deixa de ser violento e sexista — adquire outras proporções. A mulher vive o martírio de manter seu corpo belo e sarado. Para isso vale tudo. Ser tiazinha⁷, feiticeira⁸ e cachorra⁹, dentre outras denominações apelativas. Após séculos de opressão masculina, a mulher da contemporaneidade se transforma no algoz de si mesma. Ela é cada vez mais aquilo que o outro quer que ela seja, precisa ou deixa que ela seja. Pior, transformada em miragem, ela não é o que se vê, mas o que se quer ver.

A indústria cultural ensina às mulheres que cuidar do binômio saúde-beleza é o caminho seguro para a felicidade individual. É o culto ao corpo na religião do indivíduo em que cada um é simultaneamente adorador e adorado. Mas o culto não é para todos. O tal corpo adorado é um corpo de classe. Ele pertence a quem possui capital para freqüentar determinadas academias, tem *personal trainer*, investe no *body fitness*; esse corpo é trabalhado e valorizado até adquirir as condições ideais de competitividade que lhe garanta assento na lógica capitalista. Quem não o modela, está fora, é excluído. (Mary Del PRIORI, 2000:92)

⁷ Tiazinha é o pseudônimo adotado pela modelo Suzana Alves. A "tiazinha" utiliza roupas íntimas e uma máscara para envolver os homens sexualmente. Estes precisam sofrer e ceder aos caprichos e humilhações que ela impõe

⁸ Feiticeira é o pseudônimo adotado pela modelo Joana Prado. A "feiticeira" possui um corpo moldado de acordo com os ditames sociais (sem barriga, seios abundantes e glúteos enormes). Ela está sempre pronta para atender aos desejos dos homens.

⁹ Cachorra é a denominação utilizada para designar uma mulher que está sempre pronta para o sexo. Sua satisfação está pautada na realização sexual masculina.

Essa violência, alicerçada em um narcisismo coletivo, banaliza as mulheres que se tornaram um objeto que é comercializado e auxilia na venda de qualquer produto. Dessa forma, em vez de apropriar-se do que, até por essência, seria da ordem do feminino, a mulher investe na exterioridade de seu corpo, deixando-se aprisionar pelo mito da juventude eterna. Prisioneira em seu próprio corpo.

O sujeito serve ao corpo em vez de servir-se dele. A beleza, nesse contexto, deixa de ter como função mostrar as características essenciais das mulheres e passa, a seguir modelos menos diferenciados entre homens e mulheres – o modelo andrógino. É na 'bundinha definida', ou seja, no bumbum arrebitado e bem trabalhado que se cruzam dois ideais: o de valorização masculina de beleza de uma parte do corpo e a construção social da feminilidade enquanto corpo. A mulher fica, conseqüentemente, diante de dois modelos inatingíveis: o primeiro referido ao modelo masculino do corpo – anatomicamente impossível de ser alcançado. O segundo, referido às modelos fotográficas. Tais corpos colocam a distancia entre o real e o imaginário. Sim, pois o que as fotografias propõem são corpos idealizados, abstratos, inatingíveis e mesmo eternos. Corpos que não são submetidos a dor, ao envelhecimento e muito menos a morte. O que muitas vezes poderia ser encarado como uma das maiores possibilidades do feminino, qual seja, a vivencia da dor, do corpo em sua interioridade, em função de sua anatomia, foi sempre ocultado, não valorizado, e muitas vezes tido como vergonhoso. (*id.*: 96)

2.3 – A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*Quando a Eva Deus criou
Do homem pra companheira
E aquela mulher pecou
Ao mundo a culpa primeira
Por seu pecado largou
Por uma mulher então
Foi o mundo de uma vez
Arrastado à perdição
E se a primeira isto fez
O que as outras não farão?
(o jornal República, 1893).*

Este trabalho aborda a temática da violência segundo o entendimento de Marilena CHAUI (1985) que entende a violência como:

uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais (...). Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdades com fins de dominação, exploração e opressão (...). Em segundo lugar, como uma ação que trata o ser humano como um não sujeito, mas como uma coisa.

As manifestações de violência são: pressões psicológicas, maus tratos físicos, espancamentos, piadas, cantadas, humilhações, acusações, calúnias, assédio sexual, estupro e assassinato. Para isso, o agressor faz uso da força física e

também de ameaças. A existência dessa violência coloca as mulheres em uma situação de medo e ameaça permanente.

Já a violência sexista é um paralelo do conceito supracitado, sendo caracterizada como uma violência que a mulher sofre pelo fato de ser mulher e é exercida pelos homens ou, até mesmo por mulheres, pois, segundo SAFFIOTI (1995) "a violência tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do(a) dominante". Tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres, que são sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino inferior ao ser homem como gênero masculino. Este tipo de violência afeta todas as mulheres e meninas, mas são mais vulneráveis as que vivem em situação de precariedade absoluta (pobres, economicamente dependentes), as que sofrem discriminação devido à raça, religião e orientação sexual, assim como as mulheres indígenas, as migrantes, as refugiadas de guerra ou as que vivem sob ocupação estrangeira.

A violência sexista pode se manifestar nas mais diferentes formas, mas a que mais interessa para este trabalho é a que tornou as mulheres invisíveis no transcurso da História da humanidade, ou melhor dizendo, na História dos homens. Esta violência não se manifesta necessariamente através de agressões físicas ou sexuais

Está impregnada, de atitudes subliminares que contêm uma certa violência não declarada em que, na maioria das vezes, 'estas agressões traduzem comportamentos de caráter mais permanente que, mesmo despojados do ato agressivo propriamente dito, estão profundamente impregnados de conteúdo violento. São pequenas mortes cotidianas que vão desde a educação, que tolhe o potencial de desenvolvimento intelectual e físico, a uma cultura da autodepreciação'

(GOLDENBERG 1990: 123, in Silvana GOELLNER, 1995:). Caracteriza-se, o que se pode identificar, como uma violência invisível ou simbólica.

Por mais que a violência simbólica não gere a agressão física em vias de fato, são no corpo que ela deixa as suas marcas. Simone de BEAUVOIR (1980) diz que somente enquanto os corpos estão submetidos à tabus e à leis é que o sujeito toma consciência de si mesmo e, tomando consciência de si mesmo, se valorizará em nome de certos valores. Alex FRAGA (2000) afirma que o corpo "é marcado e distinto muito mais pela cultura do que por uma presumível essência natural". Neste mesmo sentido diz ainda que este mesmo corpo adquire diferentes sentidos se é investido por um poder regulador "que o ajusta em seus menores detalhes, impondo limitações, autorizações e obrigações para além de sua condição fisiológica". Isto posto, podemos dizer que o corpo evidenciará os reflexos da violência constituída e, perante repressão ou não, é no corpo, neste caso específico, o corpo feminino, que denunciará tais ajustes.

2.3.1 As meninas, o rosa e as bonecas...

A família é a célula reprodutora dos modelos e princípios do sistema capitalista patriarcal. Os hábitos e costumes vão sendo passados de geração em geração e, com o tempo, atitudes sexistas, de violência simbólica, vão sendo normalizadas e muito pouco questionadas.

Os filhos e filhas possuem uma atenção especial dentro do âmbito familiar, já que é sobre eles e elas que são depositados os sonhos, o futuro.

O/a primeiro/a filho ou filha é fruto de muita expectativa. Antes mesmo de nascerem, já possuem futuros traçados, comportamentos determinados, perspectivas de ações e futuras profissões. Ou seja, antes mesmo de serem concebidos, os modos de ser masculino ou feminino já estão prontos e devem ser aceitos para que assim se tome possível constituir o "bom-mocismo" (Alex FRAGA, 2000).

(...) as desigualdades sociais entre homens e mulheres ainda continuam sendo gestadas a partir das características biológicas. As condutas corporais são fortemente amarradas à anatomia masculina ou feminina em uma construção arbitrária dos sentidos, atribuições e atitudes que instituem identidades por meio de relações de poder nas quais diferentes instâncias, práticas ou espaços sociais são generificados. (...) a percepção social desses comportamentos está alicerçada na idéia de que as identidades culturais são simples imposições naturais, cujos designios já estão traçados hereditariamente para cada gênero. (Alex FRAGA, 2000:90)

Da família espera-se que se faça um bom trabalho para com a educação das crianças, ou seja, que as condutas masculinas e femininas tenham viés tradicional. Em seus estudos, Alex FRAGA (2000:91) explicita o que a sociedade espera dos meninos e das meninas. O menino deve ser educado para demonstrar em público suas atitudes viris, que seja responsável, inteligente e cumpridor de seus deveres. "No bom-moço se lapida um modo de ser criado (sujeito bem-criado diferente do mal-criado) que se põe à mostra no corpo ativo e desbravador em diferentes fases

da vida” (*idem: ibidem*). Supõem-se então, que para que a menina a educação será diferenciada, já que para ela o exibicionismo não é conveniente e o seu destino está atrelado a um fator preponderante: a maternidade.

Dentro disso, espera-se que a menina tenha um cuidado redobrado com o seu próprio corpo e que se comporte dentro dos padrões de conduta previstos para a futura mulher/ esposa/ mãe. Para tanto, exige-se um demorado aprendizado sobre como se conduzir apropriadamente – é preciso andar direito e na linha para não ficar falada. Nessas duas sentenças a boa-moça se desdobra (e se redobra) em outros termos: ‘moça-direita’ ou ‘moça-decente’ que talvez exerçam um apelo mais forte em relação à forma de incorporação desse discurso pelas meninas. (*idem: ibidem*)

Posto isto, é possível interpretar a forma diferenciada de educação que a família estabelece como uma forma de violência simbólica contra a menina/mulher, que em virtude de um determinismo biológico possui uma educação voltada para a reserva, o recato e a decência, se abstendo assim, da autonomia. O pai controla as suas vontades e a mãe – que mesmo sendo mulher, propaga essa violência por entender essa atitude normal – vigia.

O corpo da menina é um retrato desse controle simbolicamente violento. “A moça-direita destaca-se justamente por não chamar a atenção; nada de extravagâncias no andar, no vestir, no modo de se pintar, de olhar e se comportar” (*idem: ibidem*).

2.3.2 A escola como reprodutora do sexo frágil

A educação formal durante muito tempo foi negada às mulheres, pois,

na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como mãe e esposa – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (Guacira LOURO, 1997:446).

O intuito de educar as mulheres também ia de encontro a torná-la não somente uma companhia agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente, não perdendo de vista que o domínio da casa era claramente o seu destino (*idem, ibidem*).

(...) ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina crista, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, o bordado e costura. (*idem:444*)

Guacira LOURO (1997: 63) alega que a escola tem um papel importantíssimo na constituição dos sujeitos e, que essa constituição se dá de forma sutil, quase imperceptível. As práticas cotidianas estão repletas de situações que submetem a mulher a uma instancia inferior.

São, pois as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como 'natural' (Guacira LOURO, 1997: 63)

Algumas indagações dessa autora são de extrema relevância:

Afinal, é 'natural' que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que 'naturalmente' a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se 'misturem' para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão 'características' de cada gênero? Como professores e professoras de séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são 'naturalmente' mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos 'preocupar', pois é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando 'desvios' de comportamento? (idem: 64)

Não se pode esquecer que a questão da dualidade: forte/fraco, ativo/passivo, agressivo/sensível sempre esteve presente no cotidiano escolar. Esse ponto torna-se evidente principalmente nas aulas de Educação Física, pois, nessas aulas, os alunos e alunas são particularmente observados, avaliados e também comparados. A Educação Física escolar tem como principal atividade o esporte, que induz a competição, a agressividade, características que vão contra a um "determinado ideal feminino heterossexual".

Tais atividades podem 'machucar' os seios ou os órgãos reprodutores das meninas, bem como podem estimular contatos entre as garotas que não seriam desejáveis. (...) desde a infância, tradicionalmente as meninas aprendem não apenas a proteger seus corpos como a ocupar um 'espaço corporal pessoal muito limitado',

desenvolvendo, assim, ao longo da vida uma espécie de timidez corporal. (Guacira LOURO, 1997:76)

3.0 - AINDA RESTAM TANTAS PERGUNTAS...

Este trabalho foi o primeiro passo em um caminho turvo que possui inúmeras situações a serem exploradas. Compreender por que as mulheres sempre foram coadjuvantes da História, é algo muito complexo, pois há muito poder em jogo. E a violência é um artifício utilizado para o fortalecimento deste poder e para manutenção da submissão e do controle, pois, já que o homem adquiriu culturalmente um status de mais forte, decidido e capaz, os seus desejos e vontades passaram a ser lei e essa lei era inquestionável. Para isso, instrumentos de convencimento são utilizados como, por exemplo, a força física, a ameaça psicológica e a imposição pelo medo.

Muito se fez para que as mulheres permanecessem no lugar que lhes era determinado – a casa, o espaço privado – e que executassem apenas o que a sua pouca capacidade mental permitia – afazeres domésticos, a cuidado com as crianças, pequenos trabalhos como a costura e faxinas. O controle social é fundamental para o exercício do poder, e para aqueles que tentam fugir da situação submissa de controle, penalidades são impostas, por isso regras e normas são, muitas vezes, obedecidas. “Mas também não é apenas porque temem as penalidades que os indivíduos observam as regras de conduta. Obedecem-nas porque elas interessam às suas sensibilidades, já que, não existindo o indivíduo sem a sociedade, este não pode negá-la sem, ao mesmo tempo, negar a si mesmo”. (*idem*: 34). Toda regra existe para ser obedecida e/ou quebrada. E, se

todas as regras fossem obedecidas, o ideal de integração social deixaria de existir no abstrato e conseqüentemente deixaria de ser buscado pelos homens e mulheres. Por outro lado, não teriam sentido, pois elas existem por oposição ao que inexistente. (Almira RODRIGUES, 2003)

Apesar dos laços do controle social, sobre as mulheres particularmente, terem sido afrouxados, ainda há muito a ser feito. O movimento pelos direitos da mulher serviu para ajudar a elevar o nível de consciência das mulheres no que diz respeito a seus problemas num mundo em transformação. Tornou-se claro que os direitos políticos não eram meros privilégios a serem transmitidos através de um capricho daqueles que estavam no poder, mas sim direitos inalienáveis, cuja negação era uma violência à mulher brasileira.

A mulher busca consolidar, neste novo milênio a sua autonomia plena. Quando se valoriza a autonomia, se reconhece o direito de livre escolha dos indivíduos sobre as suas referências existências e, conseqüentemente, valorizando a diversidade, a pluralidade e a multiplicidade de desejos, de significados, de necessidades, de interesses. Assim, a democracia aponta para necessidade de se estabelecer e acordar princípios básicos de convivência e, paralelamente, de se praticar a tolerância com os outros, diferentes. (Almira RODRIGUES, 2003)

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. trad. Sérgio Milliet.- Rio de Janeiro: Nova Franteira, 1980.

CARDOSO, Ruth. **A mulher no século XX**. Disponível em [www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/a mulher no século xx.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/a_mulher_no_sculo_xx.htm) Acesso em 10 mar 2003

CHAGAS, Eliane Pardo e RICGO, Luiz Carlos. **O corpo feminino numa perspectiva libertária**. Revista Motrivivência, UFSC, Janeiro, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**. São Paulo. Brasiliense, 1985.

Coordenação Nacional da Marcha das Mulheres. **Contra a pobreza e a violência sexista**. Abril, 2000.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In.: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priori (Org.). São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, José Luiz. **As relações de gênero nas aulas de educação física: o caso de uma escola pública em Campina Grande – PB**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE, X, v. 2, 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia, 1997, p.1397-1401.

FRAGA, Alex B. **Do corpo que se distingue: A constituição do bom-moço e da boa-moça nas práticas escolares**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1998. (Dissertação de Mestrado em Educação).

_____. **Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOELLNER, Silvana Vilodre *et al.* **Cães, mulheres e noqueiras, quantos mias se bate, melhor ficam**. In: Romero, Eliane (org). **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas, Ed. Papirus, 1995.

KATIA. **Atemporal, Gustav Klimt**. Disponível em katia.cabaretvoltaire.com/blog/archives/2002_04.html Acesso em 08 mar 2003.

KATIA. **Rodolfo Amoedo**. Disponível em katia.cabaretvoltaire.com/blog/archives/2002_04.html Acesso em 08 mar 2003.

LAROSSA, Jorge. Tecnologias Del yo y educación: notas sobre la construcción y mediación pedagógica de la experiencia de si. In: LARROSA, Jorge. **Escuela, poder y subjetivación**. Madrid: La Piqueta, 1995: 257-329.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Mulheres na sala de aula**. In.: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priori (Org.). São Paulo: Contexto, 1997.

PARKER, Richard. **Cultura, economia política e construção social da sexualidade**. In: **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade**. Guacira Lopes Louro (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORI, Mary Del. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

PRIORI, Mary Del. **Magia e medicina na colônia: o corpo feminino**. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priori (Org.). São Paulo: Contexto, 1997.

RECHTMAN, Moysés; PHEBO, Luciana. **Pequena história da subordinação da mulher: as raízes da violência de gênero**. Disponível em: <http://www.iser.org.br> Acesso em 01mar. 2003

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priori (Org.). São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do clítoris**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DO ESPORTE, XII, Florianópolis, 1999.

Maria, Maria. **Revista do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher 1999, Brasil**.

RODRIGUES, Almira. **Práticas sociais, modelos de sociedade e questões éticas: perspectivas feministas**. Disponível em <http://www.cfemea.org.br> Acesso em 28 fev 2003

RODRIGUES, J.C. **Tabu do corpo**. 4ªed. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT _____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS/FACED, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: ed. UNESP, 1992.

TASCHEN, Benedikt e KAETTENMANN, Andréa. **Kahlo**. Coleção Taschen, 1994.

VIEIRA, Vera. A discriminação à mulher está presa a tirania das palavras. Disponível em <http://www.redemulher.org.br/forum2.htm> Acesso em 03 dez 2002.